



# Fundo

# Administrador do Concelho

Outubro de 2010

## ÍNDICE

Siglas e acrónimos	2
Introdução	3
Administradores do Concelho de Albufeira	5
Sistema da Administração do Concelho	6
Quadro de Classificação	7
Descrição	8

## **Siglas e acrónimos**

**AHABF** - Arquivo Histórico de Albufeira

**ACABF** – Administrador do Concelho de Albufeira

**Cx** - Caixa

**Liv** – Livro

**Mç** - Maço

**ml** - metros lineares

**Pt** - Pasta

**PT** - Portugal

## INTRODUÇÃO

O fundo do administrador do concelho de Albufeira, à guarda do Arquivo Histórico de Albufeira, constitui um conjunto documental de enorme relevância para o conhecimento da história local e regional dos séculos XIX e XX. Para o estudo deste concelho, no período cronológico supra mencionado, torna-se incontornável a análise desta documentação. O acervo que aqui se apresenta resultou da actividade desta instituição, do que produziu, recebeu e acumulou em função das mais variadas tarefas que desempenhou ao longo da sua vigência.

A figura do administrador do concelho surgiu numa perspectiva de centralização do poder. O liberalismo criou nas cidades e vilas de Portugal formas de poder que serviam os interesses do governo central e os interesses locais. A revolução liberal organizou a administração pública central e local, publicando diversos códigos administrativos que dividiram o país em distritos, concelhos e freguesias. Eram magistrados administrativos, o administrador-geral do distrito, o administrador do concelho e o regedor da freguesia. Funcionavam, em sintonia com estes órgãos individuais, órgãos colectivos que eram a junta geral administrativa do distrito, a câmara municipal e a junta de paróquia. O administrador do concelho, órgão da administração central, directamente subordinado ao governador civil, era nomeado pelo governo e desempenhava funções idênticas às dos provedores dos concelhos, extintos a 20 de Julho de 1835. As suas funções baseavam-se em ser o magistrado administrativo e chefe da administração activa do concelho, e deste modo, dado que tinha as funções do extinto cargo do provedor do concelho, o acervo documental deste encontra-se incorporado neste Arquivo tutelado pela Câmara Municipal de Albufeira. Com competências essencialmente executivas, cumpria-lhe pôr em prática as ordens transmitidas pelo governador civil, a superintendência da acção policial, a fiscalização das contribuições, das escolas e da saúde, o registo civil e o recrutamento militar. Este magistrado administrativo, da confiança do governo, passou, então, a estabelecer a comunicação entre a câmara, o governo civil e o próprio governo.

Ao longo do trabalho realizado neste Fundo procurou-se identificar os Administradores do Concelho de Albufeira.

As séries documentais que compõem este fundo, na generalidade incompletas, fazem a história do concelho de Albufeira, a par de um outro fundo que lhe está muito directamente relacionado, o da Câmara Municipal. Parte da documentação que foi produzida e recebida por esta instituição não perdurou até aos nossos dias. O Arquivo Histórico, na sua missão de preservação do património documental, pretende com

este instrumento de descrição contribuir para a salvaguarda e difusão do espólio arquivístico que ainda resta e se encontra à sua guarda.

## ADMINISTRADORES DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

Na elaboração deste inventário optou-se por incluir os Administradores do Concelho que se conseguiram apurar. A continuação do estudo deste Fundo irá permitir o preenchimento de lacunas, especialmente os períodos entre 1856 – 1864 e 1916 – 1931.

Anos	Nome dos Administradores do Concelho
1864	António Pedro de Mendonça Corte Real
1891	José Joaquim de Mendonça Villa Lobos
1894	José Júdice Samora
1900	Joaquim Manuel de Mendonça [Gouvea]
1904	José Chrysostomo Pereira de Paiva
1906	José Bernardino de Carvalho
1907	José António de Lima
1908	José Manuel Cavaco Águas
1910	José Bernardino de Carvalho
1910	José Joaquim Vieira
1911	Francisco Paula Baptista
1912	José Joaquim Vieira
1913	João Pereira Barbosa
1915	José Manuel Cavaco Águas
1916	António de Sousa Faisca
1931	José de Santa Clara Mateus

## SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO



## QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO

		Datas Extremas
Fundo	<b>Administração do Concelho</b>	<b>1856 – 1955</b>
SC A	<b>Testamentos</b>	<b>1857 – 1886</b>
SR 01	Registo de testamentos públicos	1857 – 1860
SR 02	Registo de autos de abertura e publicação de testamentos cerrados	1869 – 1886
SC B	<b>Serviço Militar</b>	<b>1856 – 1955</b>
SR 01	Registo de aboletamentos	1880 – 1895
SR 02	Actas da Comissão de Recrutamento	1890 – 1937
SR 03	Registos de Recenseamento militar	1856 – 1941
SR 04	Documentos relativos ao Recenseamento Militar	1859 – 1955
SR 05	Comissão de Recenseamento militar	1890 – 1937
SR 06	Registo de Adiamento ou dispensa de Serviço Militar	1888
SR 07	Organização dos Serviços de Recrutamento para o Exército e respectivo Regulamento	1911
SR 08	Cadernetas de isenção militar	1910 – 1927
SR 09	Registo de Reservistas	1891 – 1892
SR 10	Infracções de Reservistas	1915 – 1916
SR 11	Correspondência expedida relativa ao Recenseamento Militar	1915 – 1931
SC C	<b>Expediente</b>	<b>1900 – 1927</b>
SR 01	Editais	1923
SR 02	Correspondência recebida	1927
SR 03	Recibos de entrega dos resumos das deliberações da Câmara Municipal de Albufeira	1900 – 1910
SC D	<b>Fiscalização de serviços de utilidade pública</b>	<b>1866 – 1874</b>
SR 01	Cópia do inventário da Câmara Municipal de Albufeira	1873 – 1874
SR 02	Cópia do inventário da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira	1866
SC F	<b>Autos de Posse e de Juramento</b>	<b>1880 – 1936</b>
SR 01	Termos de juramento / termos de declaração de honra	1880 – 1925
SR 02	Registo de autos de posse	1880 – 1936

## IDENTIFICAÇÃO

**Código de referência** PT-AHABF-ACABF

**Título** Administrador do Concelho de Albufeira

**Datas extremas** 1856-1936

**Nível de descrição** Fundo

**Suporte:** Papel

## CONTEXTO

**Nome do produtor:** Administrador do Concelho de Albufeira

**História administrativa:** A Administração do Concelho surge pelo Decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, na sequência da reforma administrativa de Mouzinho da Silveira. A administração concelhia estava entregue a um Provedor que era nomeado pelo Rei. Pelo Decreto de 18 de Julho de 1835 surge a figura do Administrador do Concelho. Este era escolhido pelo Governo, sob lista proposta pelas Câmaras e servia por períodos de dois anos, podendo ser reeleito. As suas competências eram executivas e cumpria-lhes pôr em prática as ordens emanadas do governador civil de quem dependia directamente. Entre as suas atribuições contavam-se a direcção dos trabalhos públicos não financiados pela autarquia, a superintendência do que respeitasse à saúde pública, polícia preventiva e pesos e medidas, o controle dos jogos ilícitos, passaportes e armas de fogo, a manutenção do registo civil de nascimentos, casamentos e óbitos, o registo dos testamentos e o cumprimento dos legados pios. O Administrador do Concelho era ainda responsável pela inspecção das irmandades e confrarias, pela administração dos expostos e estabelecimentos de ensino público, pelo recrutamento militar e pela supervisão dos bens e rendimentos pertencentes à fazenda pública. Era apoiado na execução das suas funções por diversos funcionários, nomeadamente um escrivão, amanuenses e oficiais de diligências, remunerados pelo Cofre Municipal. Depois do Decreto de 18 de Julho de 1835, mais legislação e códigos administrativos foram publicados, nomeadamente, o Código Administrativo de 31 de Dezembro de 1836, o Código de 1842, o Código de 1870. Mas foi a partir do Código Administrativo de 6 de Maio de 1878, do Código de 1896, da Lei 88, de 7 de Agosto de 1913 e da Lei 621, de 23 de Junho de 1916, que o Administrador do Concelho viu as suas competências se alterarem significativamente. A figura do Administrador do Concelho foi suprimida pelo Decreto n.º. 9:356, de 8 de Janeiro de 1924 e restabelecida, logo no ano seguinte, pela Portaria n.º. 4:529, de 23 de Novembro. Com o Decreto n.º. 14:812 de 31 de Dezembro de 1927 são extintas as administrações dos concelhos, à excepção das dos concelhos sedes de distrito que já tinham

sido extintas em 1926, excluindo as de Lisboa e Porto. Manteve-se, contudo, a figura do Administrador do Concelho até à publicação do Código Administrativo de 1936.

**História custodial** Não se sabe com rigor a proveniência deste fundo, mas provavelmente foi incorporado no Arquivo Histórico aquando da transferência da documentação da Câmara Municipal de Albufeira. A proximidade física dos dois órgãos administrativos já era uma realidade, uma vez que a Administração do Concelho estava, à altura, instalada no edifício dos Paços do Concelho, situado na praça militar (“num pequeno quintal ocupado pela Administração do Concelho<sup>1</sup>”). Com a extinção dos administradores do concelho grande parte das competências destes passou para as câmaras municipais. De acordo com o art.º 2 do Decreto n.º14812, de 31 de Dezembro de 1927, as atribuições do antigo administrador do concelho “passam a ser desempenhadas pelas câmaras municipais e respectivos chefes” e acrescenta que “os arquivos das administrações dos concelhos extintos serão instalados junto de arquivos das câmaras, continuando porém os actos e expediente da competência do administrador do concelho a ter livros e registos próprios”.

## **CONTEÚDO E ESTRUTURA**

**Âmbito e conteúdo:** Fundo composto pelas séries: correspondência, registos de testamentos, aboletamentos, cópias de inventários, recibos de entrega dos resumos das deliberações da Câmara Municipal, autos de posse, entre outras.

**Ingressos adicionais** Por se tratar de um arquivo desactivado não se prevêem ingressos adicionais de documentação.

## **CONDIÇÕES DE ACESSO E UTILIZAÇÃO**

**Condições de acesso** Consulta livre. De acordo com o Regulamento Interno do Arquivo Histórico de Albufeira a consulta pública dos documentos depende do estado de conservação dos mesmos. A consulta está sujeita às Normas para a consulta e manuseamento de documentação histórica.

**Condições de reprodução** De acordo com o Regulamento Interno do Arquivo Histórico de Albufeira o pedido de reprodução dos documentos depende das condições de conservação dos mesmos.

**Idioma** Os documentos são todos em língua portuguesa

**Instrumentos de descrição** Inventário do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Albufeira (provisório), elaborado por Sónia Negrão.

## **DOCUMENTAÇÃO ASSOCIADA**

---

<sup>1</sup> Cf. AHABF, Administrador do Concelho, Cópia do inventário da Câmara Municipal de Albufeira, fl. 7.

**Unidades de descrição** Fundo da Câmara Municipal de Albufeira (Arquivo Histórico de Albufeira); Fundo do Governo Civil do Distrito de Faro (Arquivo Distrital de Faro)

**Nota de publicação** César Oliveira (Dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, [Lisboa], Círculo de Leitores, [D.L. 1995].

## **CONTROLO DA DESCRIÇÃO**

**Nota do arquivista** Descrição elaborada por Nelson Vaquinhas e Sónia Negrão

**Regras ou convenções** Este instrumento de descrição foi realizado com base na ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

**Data da descrição** Outubro de 2009 – Outubro de 2010

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/01

**TÍTULO:** Registo dos testamentos públicos

**DATAS:** 1857-1860

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,04 ml / Papel

**HISTÓRIA ADMINISTRATIVA:** A anotação destes documentos era uma das atribuições do administrador do concelho desde o período liberal. A partir do Decreto de 4 de Janeiro de 1836 o Administrador do Concelho passa a ter as mesmas competências que o Provedor Eclesiástico e o corregedor da Comarca em matéria testamentária (abrir e registar os testamentos, receber as escusas dos testamenteiros, tomar conta do cumprimento dos legados pios). O Código administrativo de 1836, no artigo 155.º § 2.º, cometa aos regedores de paróquia a abertura do testamento dos falecidos na paróquia; e no artigo 136.º cometa aos administradores de concelho o registo do testamento dos cidadãos, que falecessem nos seus concelhos, e a abertura dos testamentos ao regedor da paróquia, em que acontecesse o falecimento do testador.

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** livro que servia para nele se registarem os testamentos públicos. Os registos do século XIX incluem somente a transcrição do documento original. O testamento público também pode ser designado de testamento aberto, para se diferenciar do cerrado, visto que se faz pública e abertamente. Chama-se testamento aberto quando é feito por um tabelião público. É firmado pelo tabelião, que o escreveu e que o munuiu com o seu testemunho. Também fazem parte as testemunhas que o assinam,

juntamente com o testador. No caso deste não saber escrever ou não o poder fazer por motivo de doença, uma das testemunhas poderia assinar pelo testador, a seu rogo, devendo-se fazer disto menção expressa.

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/02

**TÍTULO:** Autos de abertura ou publicação de testamentos cerrados

**DATAS:** 1869-1886

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,02 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** livro que servia para nele se registarem os termos de abertura ou publicação dos testamentos cerrados. Servia como documento comprovativo da abertura destes testamentos, em conformidade com o art.º 1933 do Código Civil. Estes haviam sido escritos e fechados pelo testador ou por outrem a seu mandado e entregues ao tabelião que, por sua vez, produzia o respectivo instrumento de aprovação.

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/03

**TÍTULO:** Registo de aboletamentos

**DATAS:** 1880-1895

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,01 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** livro que servia para nele se registarem os aboletamentos

Liv1 1880 – 1895

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/04

**TÍTULO:** Cópia do inventário da Câmara Municipal de Albufeira

**DATAS:** 1873-1874

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,045 ml / Papel

**HISTÓRIA ADMINISTRATIVA:** Cabia ao administrador do concelho convocar o Presidente da Câmara Municipal para que este comparecesse na administração do concelho com os documentos necessários para que se elaborasse o inventário.

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** consiste em cópias do inventário dos bens e foros pertencentes à Câmara Municipal. Documento elaborado a partir da relação facultada pelo presidente da edilidade onde constavam todas as propriedades, escrituras e outros documentos que servissem de títulos dos mesmos foros e propriedades. Nelas são descritos os prédios urbanos, rústicos e os foros a dinheiro. Consta ainda nestas cópias a nomeação de três louvados (para avaliarem os bens e foros da Câmara Municipal) com respectivos termos de juramento aos Santos Evangelhos.

Liv1 1873

Liv2 1874

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/05

**TÍTULO:** Cópia do inventário da Santa Casa da Misericórdia de Albufeira

**DATAS:** 1866

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,04 ml / Papel

**HISTÓRIA ADMINISTRATIVA:** Pertencia ao regedor da paróquia da vila de Albufeira intimar, de acordo com a lei, o provedor da Santa Casa da Misericórdia da mesma vila para que este comparecesse na administração do concelho, em dia e hora marcados, munido de todos os títulos dos bens pertencentes a essa mesma Santa Casa. Também se exigia que tal representante apresentasse o livro que serve de título porque se cobram os foros para que se inventariassem os bens e, seguidamente, se procedesse à sua avaliação.

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** consiste numa cópia do inventário dos bens pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de Albufeira. Documento elaborado, na secretaria da administração do concelho, a partir da relação facultada pelo provedor da Santa Casa onde constavam todas as propriedades, escrituras e outros documentos que servissem de títulos dos mesmos foros. Consta ainda nesta mesma cópia a nomeação de três louvados para avaliarem os bens da Santa Casa.

Liv1 1866

Liv2 1866

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/06

**TÍTULO:** Editais

**DATAS:** 1923

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Cx. / 0,075 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Esta série engloba os editais publicados pela Administração do Concelho de Albufeira.

Cx1 1923

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/07

**TÍTULO:** Correspondência recebida

**DATAS:** 1927

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Pt. / 0,07 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Correspondência proveniente de outras entidades congéneres, Governo Civil, regedores, entre outras. Contém certidões de afixação, em locais públicos, de editais.

Pt1 1927

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/08

**TÍTULO:** Recibos de entrega dos resumos das deliberações da Câmara Municipal de Albufeira

**DATAS:** 1900-1910

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Mç / 0,055 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Documento comprovativo da entrega periódica dos resumos das deliberações

tomadas pela Câmara Municipal de Albufeira ao administrador do Concelho.

Mç1 1900 – 1910

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/09

**TÍTULO:** Registo de reservistas

**DATAS:** 1891-1892

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,04 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Livro que servia para a inscrição dos recrutas da primeira reserva do exército, residentes ou domiciliados no concelho de Albufeira, compreendendo também os militares que serviram nas fileiras do exército o tempo fixado na lei de 9 de Setembro de 1868, nos termos do disposto no art.º 190.º do decreto de 30 de Outubro de 1884. Assinado pelo secretário da administração do concelho.

Liv1 1883 – 1884

Liv2 1891 – 1892

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/10

**TÍTULO:** Autos de posse

**DATAS:** 1880-1936

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 3 Liv. / 0,035 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Livro que servia para se registarem os autos de posse dados pela administração do concelho de Albufeira. Nele se arrolavam os termos de posse dos administradores do concelho e respectivos funcionários seus subordinados. Professores de instrução primária, regedores de paróquia, escrivães da fazenda, sub-delegados de saúde, são alguns dos cargos empossados e registados neste livro.

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/11

**TÍTULO:** Termos de juramento / termos de declaração de honra

**DATAS:** 1880-1925

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,015 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** livro que servia para se registarem os termos de juramento que eram tomados pelo administrador do concelho. Professores de instrução primária, cabos de polícia, regedores de paróquia, presidentes da junta fiscal da matriz, escrivães da câmara municipal, escrivães da fazenda, são alguns dos cargos mencionados e de que era necessário prestar juramento antes do exercício dos mesmos.

Liv1 1880 – 1925

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/12

**TÍTULO:** Registos de Recenseamento militar

**DATAS:** 1856 – 1941

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 46 Pt / 3,235 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Contém registo dos jovens recenseados no Concelho de Albufeira.

Liv1 1856 – 1869

Pt2 1888

Pt3 1889

Pt4 1890

Pt5 1891

Pt6 1892

Pt7 1893

Pt8 1894

Pt9 1896

Pt10 1897

Pt11 1898

Pt12 1899

Pt13	1900
Pt14	1901
Pt15	1902
Pt16	1903
Pt17	1904
Pt18	1905
Pt19	1906
Pt20	1907
Pt21	1908
Pt22	1909
Pt23	1910
Pt24	1911
Pt25	1912
Pt26	1913
Pt27	1914
Pt28	1915
Pt29	1916
Pt30	1917
Pt31	1918
Pt32	1921
Pt33	1922
Pt34	1923
Pt35	1924
Pt36	1924
Pt37	1925
Pt38	1925
Pt39	1926
Pt40	1926
Pt41	1927
Pt42	1927

Pt43 1928  
Pt44 1928  
Pt45 1937  
Pt46 1940 – 1941

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/13

**TÍTULO:** Documentos relativos ao Recenseamento Militar

**DATAS:** 1859 – 1955

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 25 Pt. / 1,75 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Contém ofícios, mapas, requerimentos e cadernos de recenseamento.

Pt1 1859 – 1882  
Pt2 1866 – 1878  
Pt3 1895  
Pt4 1923 – 1925  
Pt5 1910 – 1927  
Pt6 1916 – 1927  
Pt7 1928 – 1930  
Pt8 1930  
Pt9 1931  
Pt10 1932  
Pt11 1933  
Pt12 1934  
Pt13 1935  
Pt14 1936  
Pt15 1937 – 1938  
Pt16 1938  
Pt17 1942 – 1943  
Pt18 1944 – 1945

Pt19 1946 – 1947  
Pt20 1948 – 1949  
Pt21 1948 – 1950  
Pt22 1950  
Pt23 1951 – 1953  
Pt24 1953 – 1954  
Pt25 1954 – 1955

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/14

**TÍTULO:** Comissão de Recenseamento militar

**DATAS:** 1890 – 1937

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,04 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Documentos relativos ao funcionamento e organização da Comissão de Recenseamento Militar de Albufeira.

Liv1 1890

Liv2 1913 – 1937

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/15

**TÍTULO:** Registo de Adiamento ou dispensa de Serviço Militar

**DATAS:** 1888

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,015 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** livro que servia para se registarem os adiamentos e dispensas ao serviço militar.

Liv1 1888

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/16

**TÍTULO:** Organização dos Serviços de Recrutamento para o Exército e respectivo Regulamento

**DATAS:** 1911

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,015 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Regulamento dos Serviços de Recrutamento.

Liv1 1911

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/17

**TÍTULO:** Cadernetas de isenção militar

**DATAS:** 1910 – 1927

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Cad. / 0,005 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Nestas cadernetas registavam-se os jovens que tinham isenção de serviço militar.

Cad1 1910 – 1927

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/18

**TÍTULO:** Infracções de Reservistas

**DATAS:** 1915 – 1916

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,015 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Esta série lista os soldados licenciados na reserva que cometeram infracções.

Pt1 1915 – 1916

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/19

**TÍTULO:** Actas da Comissão de Recrutamento

**DATAS:** 1890 – 1937

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 2 Liv. / 0,04 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Actas das sessões da Comissão de Recrutamento, onde se compreende a sua constituição e actividade.

Liv1 1890

Liv2 1913 – 1937

**CÓDIGO DE REFERÊNCIA:** PT/AHABF/ACABF/20

**TÍTULO:** Correspondência expedida relativa ao Recenseamento Militar

**DATAS:** 1915 – 1931

**NÍVEL DE DESCRIÇÃO:** Série

**NOME DO PRODUTOR:** Administrador do Concelho de Albufeira

**DIMENSÃO E SUPORTE:** 1 Liv. / 0,015 ml / Papel

**ÂMBITO E CONTEÚDO:** Esta série integra o copiadore da correspondência expedida pela Administração do Concelho, relativamente a assuntos ligados ao recenseamento militar.

Liv1 1915 – 1931